

Polícia Militar do Estado de São Paulo

PM-SP

Aluno - Oficial PM

Volume I

Edital de Concurso Público Nº DP-2/321/17

ST063-A-2017

DADOS DA OBRA

Título da obra: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PM-SP

Cargo: Aluno - Oficial PM

(Baseado no Edital de Concurso Público Nº DP-2/321/17)

Volume I

- História
- Filosofia
- Sociologia
- Geografia
- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa

Volume II

- Língua Espanhola
- Matemática
- Noções de Administração Pública
- Noções Básicas de Informática

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Produção Editorial/Revisão

Elaine Cristina

Igor de Oliveira

Suelen Domenica Pereira

Camila Lopes

Capa

Bruno Fernandes

Editoração Eletrônica

Marlene Moreno

Gerente de Projetos

Bruno Fernandes

SUMÁRIO

História

1. MUNDO MODERNO.....	01
1.1 A Renascença: a Reforma e a Contrarreforma.....	01
1.2. A expansão marítimo-comercial e o processo de colonização da América, África e Ásia.....	01
1.3. Formação e evolução das monarquias nacionais; as revoluções burguesas do século XVII; Iluminismo e Despotismo.	
1.4. A política econômica mercantilista; a crise do sistema colonial e a independência no continente americano...	01
2. MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	10
2.1. A Revolução Francesa; o período napoleônico; os movimentos de.....	10
independência das Colônias Latino-Americanas; o ideal europeu de unificação nacional.....	10
2.2. A Revolução Industrial; a expansão e o universo capitalista; o apogeu da	10
europeia.....	10
2.3. A corrida imperialista; a Primeira Guerra Mundial; a Revolução Russa de 1917 e a formação da URSS.	10
2.4. O período Entre Guerras; as democracias liberais e os regimes totalitários.	10
2.5. A Segunda Guerra Mundial; a descolonização afro-asiática; a Guerra Fria; a.....	10
estrutura de espoliação da América Latina.....	10
2.6. A fase do Pós-Guerra; os oprimidos do Terceiro Mundo; as grandes linhas do desenvolvimento científico e tecnológico do século XX.	10
2.7. O petróleo, o Oriente Médio e as lutas religiosas.	10
3. BRASIL COLÔNIA.....	39
3.1. A expansão marítima portuguesa e o descobrimento do Brasil; o reconhecimento geográfico e a exploração do pau-brasil; a ameaça externa e os primórdios da colonização.....	39
3.2. A organização político-administrativa; a expansão territorial; os tratados de limites.....	39
3.3. A agricultura de exportação como solução; a presença holandesa; a.....	39
interiorização da colonização; a mineração e a economia colonial.....	39
3.4. A sociedade colonial; os indígenas e a reação à conquista; as lutas dos negros; os movimentos nativistas.	39
3.5. A arte e a literatura da fase colonial; a ação missionária e a educação.	39
4. BRASIL IMPÉRIO.....	52
4.1. A crise do antigo sistema colonial e o processo de emancipação política do	52
Brasil; o reconhecimento internacional.	52
4.2. O processo político no Primeiro Reinado; as rebeliões provinciais; a abdicação de D. Pedro I.	52
4.3. O centralismo político e os conflitos sociais do Período Regencial; a evolução político-administrativa do Segundo Reinado; a política externa e os conflitos latino-americanos do século XIX.	52
4.4. A sociedade brasileira da fase imperial, o surto do café, as transformações econômicas, a imigração, a abolição da escravidão, as questões religiosa e militar.....	52
4.5. As manifestações culturais; as ciências, as artes e a literatura no período imperial.	52
5. BRASIL REPÚBLICA.....	70
5.1. A crise do sistema monárquico imperial e a solução republicana; a Constituição de 1891.....	70
5.2. A Primeira República (1889-1930) e sua evolução político-administrativa; as.....	70
dissidências oligárquicas e a Revolução de 1930; a vida econômica e os movimentos sociais no campo e nas cidades.	
5.3. A Segunda República e sua trajetória político-institucional; do Estado Novo ao golpe militar de 1964; a curta experiência parlamentarista; as Constituições de 1946, 1967 e 1988.	70
5.4. As transformações socioeconômicas ao longo dos cem anos de vida	70
republicana; o café e o processo de industrialização; as crises e as lutas operárias; o processo de internacionalização da economia brasileira e o endividamento externo.....	70
5.5. Aspectos do desenvolvimento cultural e científico do Brasil no século XX.....	70
5.6. A globalização e as questões ambientais.....	70
6. ANTIGUIDADE.....	91
6.1. Os povos do Oriente Próximo e suas organizações políticas.....	91
6.2. As cidades-estados da Grécia.	91
6.3. Formação, desenvolvimento e declínio do Império Romano do Ocidente.	91
6.4. A vida socioeconômica e religiosa dos mesopotâmicos, egípcios, fenícios e hebreus.....	91
6.5. O legado cultural dos gregos e dos romanos.....	91

SUMÁRIO

7. MUNDO MEDIEVAL.....	97
7.1. Formação e desenvolvimento do sistema feudal.....	97
7.2. A organização política feudal; os reinos cristãos da Península Ibérica.....	97
7.3. O crescimento comercial-urbano e a desagregação do feudalismo.....	97
7.4. A Civilização Muçulmana.....	97
7.5. O legado cultural do Mundo Medieval.....	97
7.6. A Civilização Bizantina.....	97

Filosofia

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:.....	01
1.1. História da Filosofia: instrumentos de pesquisa.....	01
1.2. Introdução à Filosofia da Ciência.....	01
1.3. Introdução à Filosofia da Cultura.....	01
1.4. Introdução à Filosofia da Arte.....	01
1.5. O intelecto: empirismo e criticismo.....	01
1.6. Democracia e justiça.....	01
1.7. Os direitos humanos.....	01
2. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO:.....	13
2.1. O eu racional: introdução ao sujeito ético.....	13
2.2. Introdução à bioética.....	13
2.3. A técnica.....	13
3. IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CIDADANIA:.....	16
3.1. O homem como um ser da natureza.....	16
3.2. A concepção platônica da desigualdade.....	16
3.3. A desigualdade segundo Rousseau.....	16

Sociologia

1. O CANDIDATO NA SOCIEDADE E A SOCIOLOGIA.....	01
1.1. Como pensar diferentes realidades.....	01
1.2. O homem como ser social.....	01
2. O QUE PERMITE AO CANDIDATO VIVER EM SOCIEDADE?.....	01
2.1. A inserção em grupos sociais: família, escola, vizinhança, trabalho.....	01
2.2. Relações e interações sociais.....	01
2.3. Socialização.....	01
3. O QUE NOS UNE COMO HUMANOS? O QUE NOS DIFERENCIA?.....	03
3.1. O que nos diferencia como humanos.....	03
3.2. Conteúdos simbólicos da vida humana: cultura.....	03
3.3. Características da cultura.....	03
3.4. A humanidade na diferença.....	03
4. O QUE NOS DESIGUALA COMO HUMANOS?.....	04
4.1. Etnias.....	04
4.2. Classes sociais.....	04
4.3. Gênero.....	04
4.4. Geração.....	04
5. DE ONDE VEM A DIVERSIDADE SOCIAL BRASILEIRA?.....	06
5.1. A população brasileira: diversidade nacional e regional.....	06
5.2. O estrangeiro do ponto de vista sociológico.....	06
5.3. A formação da diversidade:.....	06
5.3.1. Migração, emigração e imigração.....	06
5.3.2. Aculturação e assimilação.....	06

SUMÁRIO

6. QUAL A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO NA VIDA SOCIAL BRASILEIRA?	07
6.1. O trabalho como mediação	07
6.2. Divisão social do trabalho:	07
6.2.1. Divisão sexual e etária do trabalho.	07
6.2.2. Divisão manufatureira do trabalho.....	07
6.3. Processo de trabalho e relações de trabalho.....	07
6.4. Transformações no mundo do trabalho.	07
6.5. Emprego e desemprego na atualidade.....	07
7. O CANDIDATO EM MEIO AOS SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	09
7.1. Violências simbólicas, físicas e psicológicas.....	09
7.2. Diferentes formas de violência: doméstica, sexual e na escola.	09
7.3. Razões para a violência.	09
8. O QUE É CIDADANIA?	11
8.1. O significado de ser cidadão ontem e hoje.....	11
8.2. Direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e direitos humanos	11
8.3. A Constituição Brasileira e a Constituição Paulista.....	11
8.4. A expansão da cidadania para grupos especiais:.....	11
8.4.1. Crianças e adolescentes, idosos e mulheres.....	11
9. QUAL É A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO?.....	13
9.1. Estado e governo.....	13
9.2. Sistemas de governo.....	13
9.3. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.	13
10. O QUE É NÃO CIDADANIA?	18
10.1. Desumanização e coisificação do outro.....	18
10.2. Reprodução da violência e da desigualdade social.....	18

Geografia

1. A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA	01
1.1. Os mecanismos da natureza.....	01
1.2. Os recursos naturais e a sobrevivência do homem.....	01
1.2.1. As desigualdades na distribuição e na apropriação dos recursos naturais no mundo.	01
1.2.2. O uso dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.	01
2. ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO ESPAÇO MUNDIAL.....	15
2.1. Capitalismo, industrialização e transnacionalização do capital.....	15
2.1.1. Economias industriais e não industriais: articulação e desigualdades.	15
2.1.2. As transformações na relação cidade-campo.....	15
2.2. Industrialização e desenvolvimento tecnológico: dominação/subordinação político-econômica.	15
2.3. O papel do Estado e as organizações político-econômicas na produção do espaço.....	15
2.4. Fundamentos econômicos, sociais e políticos da mobilidade espacial e do crescimento demográfico.	15
2.5. A divisão internacional e territorial do trabalho.....	15
2.6. O fim da Guerra Fria. A desagregação da URSS. A nova ordem econômica mundial.....	15
3. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO.....	29
3.1. A formação territorial do Brasil e sua relação com a natureza.....	29
3.2. O processo de industrialização brasileira e a internacionalização do capital.	29
3.2.1. Urbanização, metropolização e qualidade de vida.....	29
3.2.2. Estrutura e produção agrária e impactos ambientais.....	29
3.2.3. População: crescimento, estrutura e migrações, condições de vida e de trabalho.....	29
3.3. O papel do Estado e as políticas territoriais.....	29
3.4. A regionalização do Brasil: desenvolvimento desigual e combinado.....	29

SUMÁRIO

Língua Portuguesa

1. NORMA ORTOGRÁFICA.....	01
2. MORFOSSINTAXE.....	08
2.1. Classes de palavras.....	08
2.2. Processos de derivação.....	08
2.3. Processos de flexão verbal e nominal.....	08
2.4. Concordância nominal e verbal.....	08
2.5. Regência nominal e verbal.....	08
2.6. Coordenação e subordinação.....	08
3. COLOCAÇÃO DAS PALAVRAS.....	08
4. CRASE.....	71
5. PONTUAÇÃO.....	76
6. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO.....	79
7. ORGANIZAÇÃO TEXTUAL.....	84
7.1. Mecanismos de Coesão e Coerência.....	84
8. FIGURAS DE LINGUAGEM.....	87
9. SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS.....	91
10. LITERATURA BRASILEIRA: desde as origens até a atualidade.....	96
11. LITERATURA PORTUGUESA: desde as origens até o Primeiro Modernismo (século XX).....	108

Língua Inglesa

1. Compreensão geral do sentido e do propósito do texto.....	01
2. Compreensão de ideias específicas expressas em parágrafos e frases e a relação entre parágrafos e frases do texto.....	01
3. Localização e identificação de informações específicas em um ou mais trechos do texto.....	01
4. Identificação de marcadores textuais como conjunções, advérbios, preposições etc. e compreensão de sua função essencial no texto.....	03
5. Compreensão do significado de itens lexicais fundamentais para a correta interpretação do texto seja por meio de substituição (sinonímia) ou de explicação da carga semântica do termo ou expressão.....	06
6. Localização de referência textual específica de elementos, tais como pronomes, advérbios, entre outros, sempre em função de sua relevância para a compreensão das ideias expressas no texto.....	07
7. Compreensão da função de elementos linguísticos específicos na produção de sentido no contexto em que são utilizados.....	33

FILOSOFIA

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:.....	01
1.1. História da Filosofia: instrumentos de pesquisa.....	01
1.2. Introdução à Filosofia da Ciência.....	01
1.3. Introdução à Filosofia da Cultura.....	01
1.4. Introdução à Filosofia da Arte.....	01
1.5. O intelecto: empirismo e criticismo.....	01
1.6. Democracia e justiça.....	01
1.7. Os direitos humanos.....	01
2. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO:	13
2.1. O eu racional: introdução ao sujeito ético.....	13
2.2. Introdução à bioética.....	13
2.3. A técnica.....	13
3. IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA A CIDADANIA:	16
3.1. O homem como um ser da natureza.....	16
3.2. A concepção platônica da desigualdade.....	16
3.3. A desigualdade segundo Rousseau.....	16

1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA:

1.1. HISTÓRIA DA FILOSOFIA:

INSTRUMENTOS DE PESQUISA.

1.2. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CIÊNCIA.

1.3. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA CULTURA.

1.4. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DA ARTE.

1.5. O INTELLECTO: EMPIRISMO E CRITICISMO.

1.6. DEMOCRACIA E JUSTIÇA.

1.7. OS DIREITOS HUMANOS.

“A filosofia nasce de uma tentativa desusadamente obstinada de chegar ao conhecimento real”, diz Bertrand Russell. Com efeito, o desejo de encontrar explicação para a própria existência e a existência do mundo circundante, que já nas antigas concepções míticas expressava-se por meio de elementos simbólicos, está na origem da filosofia como tentativa de discernir os princípios e fundamentos subjacentes à realidade aparentemente caótica.

Segundo a tradição clássica, o pensador grego Pitágoras foi o primeiro a denominar-se filósofos, aquele que ama ou procura a sabedoria, em oposição ao sophós, ou sábio que se limitaria a entesourar conhecimentos sem se preocupar com sua validade. Lendária ou não, essa distinção resultou correta na caracterização essencial do espírito filosófico, cuja busca visa não ao registro ou à descrição de fatos concretos, mas à conquista de um saber unitário e abrangente sobre o homem e a natureza.

Desde seu nascimento na Grécia no século VI A.C., foram apresentadas inúmeras e frequentemente contraditórias definições de filosofia, entre elas a tradicional concepção de Aristóteles, que entendia a filosofia como ciência dos princípios e causas últimas das coisas; ou a concepção das escolas positivistas e empíricas, que a viam como simples organizadora ou esclarecedora dos dados proporcionados pela experiência e pelas ciências. Em última instância, porém, a persistência histórica de tais polêmicas contribuiu para destacar o caráter primordialmente crítico e antidogmático da atividade filosófica, que faz da reflexão sobre si mesma seu primeiro e fundamental problema.

Cabe, pois, usando as palavras do pensador alemão Karl Jaspers, definir filosofia antes de tudo como “a atividade viva do pensamento e a reflexão sobre esse pensamento”, isto é, uma investigação racional direcionada não só para a determinação dos princípios gerais da realidade, mas também para a análise crítica do próprio instrumento a razão e das ideias, concepções e valores elaborados pelo homem mediante o exercício da razão.

Traço também essencial para a compreensão da filosofia é sua historicidade radical, que tem feito variar seus fins e meios de acordo com as concepções de mundo próprias de épocas distintas, cada uma das quais reorganiza os princípios e conhecimentos vigentes no período anterior. Assim, no início equiparado à totalidade do saber, a filosofia precisou subdividir-se em diferentes disciplinas metafísica, epistemologia, ética voltadas para o estudo de áreas específicas do pensamento, e viu desligar-se progressivamente de sua competência as ciências particulares, que adquiriram identidade e metodologia próprias.

Essa característica não só explica a multiplicidade de manifestações do espírito filosófico como garante sua unidade interna, nascida do desejo de integrar os dados que os diferentes ramos do saber proporcionam sobre o homem e o ambiente que o cerca. No curso de sua evolução histórica, portanto, a filosofia forneceu ao homem um instrumento essencial no esforço de apreender a realidade com precisão cada vez maior e permitiu-lhe aceder mais completamente à compreensão de si mesmo e de seu lugar no universo.

Filosofia e ciências particulares

Identificada na origem com o saber em geral, a filosofia deu origem a grande número de outras disciplinas que, embora tenham se constituído como saberes independentes, mantiveram com a filosofia uma estreita vinculação. Esse processo trilhou caminhos diversos no que se refere às ciências positivas, por um lado, e às ciências sociais, por outro. Isso foi determinante para a relação que a filosofia contemporânea mantém com os distintos ramos do saber.

No que diz respeito às ciências positivas matemática, física, química, biologia Aristóteles foi o primeiro a definir claramente sua condição de disciplinas autônomas, embora dependentes em última instância da filosofia como ciência dos princípios primeiros. Assim, no próprio sistema filosófico, Aristóteles empregou elementos extraídos das ciências para estabelecer a teoria da alma ou do intelecto agente, fundindo harmoniosamente esses elementos em sua concepção geral da realidade e do universo.

Essa ordenação, que favoreceu o progresso individual das diferentes disciplinas, mas estabeleceu o caráter prioritário da filosofia, manteve-se até praticamente o Renascimento, quando os novos descobrimentos científicos romperam de modo definitivo a imagem aristotélica do cosmo. Durante os séculos XVII e XVIII, no entanto, ciência e filosofia mantiveram um curso paralelo e eminentes pensadores, como Descartes e Leibniz, foram ao mesmo tempo filósofos e cientistas.

Só no século XIX, com a progressiva especialização da ciência, aliada ao pensamento idealista e irracionalista que se firmava e às polêmicas em torno da validade da metafísica, começaram a se multiplicar as barreiras entre ciência e filosofia. Assim, embora a lógica e a epistemologia fossem instrumentos úteis para ambas, as escolas de tradição empirista e positivista passaram a considerar a filosofia como mera disciplina auxiliar ou, no máximo, organizadora dos dados proporcionados pelas ciências.

No pensamento contemporâneo, as relações entre filosofia e ciência são abordadas de acordo com duas grandes linhas. De um lado, as escolas como o vitalismo, o intuicionismo, e evolucionismos de diversos tipos, aspiram a coligar os descobrimentos científicos e, mediante reflexão sobre suas implicações, enquadrá-los em concepções gerais da realidade. De outro, a filosofia da ciência, disciplina de caráter essencialmente epistemológico, preocupa-se com questões como a análise crítica da metodologia, a estrutura lógica dos sistemas científicos, a elucidação e o esclarecimento dos conceitos e pressupostos básicos das ciências e a determinação dos limites e inter-relações das ciências entre si.

Ambas se guiam de todo modo, por um interesse comum: o de estabelecer o ponto de união entre o pensamento científico e outras áreas do pensamento. Sabe-se que as atividades da ciência tendiam a ser consideradas como inabordáveis, tanto do ponto de vista metodológico como moral, a partir de critérios não científicos. No entanto, a repercussão direta que muitas das conquistas da ciência tiveram sobre a vida das pessoas, radicalmente transformada por algumas delas, levou ao debate extra científico de questões como o direito de fazer certas experiências.

O uso dado a algumas descobertas da física nuclear, da química e da biologia, e os progressos da engenharia genética são exemplos de problemas que sensibilizaram a opinião pública. Nasceu assim uma corrente de opinião fortemente arraigada que não considera os cientistas totalmente inocentes das aplicações perniciosas dadas a seus trabalhos. Exige-se deles uma atitude comprometida, inclusive de denúncia naqueles casos em que seu trabalho serve para objetivos bem distintos dos que os motivaram.

Já que a quase totalidade dos sistemas filosóficos tem tradicionalmente aspirado não só à compreensão geral da realidade, mas também ao estabelecimento de princípios éticos que regulassem a organização da sociedade, as teorias da política e do direito acham-se vinculadas de forma indissolúvel ao progresso da filosofia. Os dois grandes mestres do pensamento ocidental, Platão e Aristóteles, estabeleceram em seus respectivos tratados República e Política o conceito da filosofia política como análise da origem, essência e valor do estado e, se o primeiro criou o modelo de todas as "utopias" ou descrições do estado ideal, o segundo, que definiu o homem como "animal político", estabeleceu, mediante a classificação e ponderação das diferentes formas de governo, os fundamentos da moderna teoria política.

Durante a Idade Média, a doutrina política centralizou-se fundamentalmente no debate sobre as relações entre o poder temporal o estado e o poder espiritual a igreja. A partir do Renascimento, sob novas condições sociais, a filosofia política ligou-se profundamente à filosofia do direito. Isso se deu em consequência da contraposição entre razão de estado e lei natural, que ganhou atualidade, ou por estímulo do surgimento das diversas concepções de estado direito divino dos reis, contrato social etc. que culminaram no século XIX com a teoria jurídica do estado como fonte única do direito.

Todo modelo de organização social, em suma, todo sistema político, repousa sobre a escolha de certos princípios baseados no exercício da razão filosófica. A filosofia da história, formulada fundamentalmente a partir do século XIX graças a autores como Wilhelm Dilthey e Max Weber, constitui instrumento indispensável para a compreensão da evolução das ideias políticas e dos sistemas de valores e concepções de mundo que caracterizaram as diferentes épocas.

A pretensão de todas essas correntes de pensamento era apreender o conjunto da realidade social e oferecer um modelo global segundo o qual essa realidade deveria organizar-se no futuro. No entanto, a crescente complexidade da sociedade das últimas décadas do século XX, a profusão de forças que surgiram no meio social com influências diversas e o fracasso da tentativa de implantar alguns dos modelos sociais com raízes mais firmes, provocaram uma situação nova. Os filósofos, incapazes de captar uma realidade tão rica e cambiante, pareciam ter renunciado ao objetivo de estabelecer sistemas globais.

Surgiram assim escolas que buscavam averiguar os valores que se escondiam atrás das muitas correntes ideológicas que se tornavam populares a cada momento dado. Num sentido mais geral, o filósofo atuava como observador social capaz de situar qualquer acontecimento, fosse ele de ordem política, social ou estética, num contexto no qual se tornavam evidentes suas relações com outras características da realidade.

Se a organização como ciências sociais independentes, no final do século XIX, de uma série de disciplinas até então integradas à filosofia, como psicologia, sociologia e antropologia, e o extraordinário progresso de outras, como linguística e filosofia da linguagem, motivaram uma crescente especialização e fragmentação nos estudos sobre o homem, também permitiram, com os novos métodos estabelecidos por essas ciências, a reorganização de um extraordinário caudal de conhecimentos.

A psicanálise, a filosofia da linguagem comum, a antropologia cultural, a gramática gerativo-transformacional que reavivou o problema filosófico tradicional da existência das ideias inatas são, entre muitas outras, áreas de pesquisa que proporcionaram novos enfoques sobre a natureza humana e deram lugar a uma profunda reformulação da concepção clássica do homem. Fruto disso tem sido o surgimento de uma série de disciplinas antropologia filosófica, semiótica ou teoria geral dos signos, pedagogia moderna e de escolas estruturalismo, escola de Frankfurt que, de uma forma ou outra, estabelecem como objeto prioritário a integração dos dados proporcionados pelas diferentes ciências sociais numa visão unitária do homem e suas relações com o meio. Nesse aspecto, portanto, justifica-se mais uma vez a afirmação tradicional de que é precisamente a diversidade de seus interesses que garante a unidade do espírito filosófico.

Definição de ciência

A palavra ciência vem do latim *scintia*, que significa "sabedoria", "conhecimento". Podemos dizer que a ciência se caracteriza pela sua metodologia, técnica, objeto e pesquisa, e pela busca de conhecimento sistemático e seguro dos fenômenos do mundo.

Metodologia científica

Muito do nosso conhecimento tem o caráter de ferramenta. Tal tipo de conhecimento pode ser denominado receita. Por receita, entendemos uma série de instruções sobre coisas a serem feitas, se se deseja obter determinado resultado. É o conhecimento usado como ferramenta: instrumento para a ação. O conhecimento científico pode ser compreendido como receita pelo fato de se servir de uma série de instruções sobre a maneira de operar intelectualmente se se deseja resolver certo tipo de problema.

Tal receita é verdadeira quando funciona bem, isto é, quando resolve o problema. A receita é posta em dúvida quando, depois de aplicar uma teoria repetidas vezes para a solução de problemas, o problema permanece sem solução. Assim, chega-se a conclusão de que a teoria não serve. Do contrário, não será abandonada.

Comumente, pensamos que o conhecimento científico se alcança através de um método científico. Mas o que é um método científico?

O modo de proceder dos cientistas ao conduzirem suas investigações envolve um núcleo comum de atividades que costuma ser chamado método científico.

O método científico apresenta, de modo geral, uma estrutura lógica que se manifesta nas etapas a serem percorridas para a solução de um problema. Como uma receita, por exemplo. Vejamos um esquema básico dessas etapas:

1. Enunciado de um problema – observando os fatos do mundo, o cientista enuncia um problema que o intriga e que ainda não foi explicado pelo conjunto de conhecimentos disponíveis. Nesta etapa, o cientista deve expor seu problema, com clareza e precisão, e procurar todos os instrumentos possíveis para tentar resolvê-lo;

2. Formulação de hipótese – tentando solucionar o problema, o cientista propõe uma resposta possível, que constitui uma hipótese a ser avaliada na sua investigação. Isso significa que a hipótese é uma resposta não comprovada, que deve ser testada cientificamente.

3. Testes experimentais da hipótese – o cientista testa a validade de sua hipótese, procurando investigar as consequências da solução proposta. Essa investigação deve ser controlada por ele, para que o fator relevante previsto na hipótese seja suficientemente destacado na ocorrência do fato-problema;

4. Conclusão – o cientista conclui a pesquisa científica, confirmando ou corrigindo a hipótese formulada e testada.

Uma nota importante: o método científico não é receita infalível. Ele não pode ser visto como receita rígida de regras, capaz de garantir soluções para todos os problemas. Nunca existiu essa receita única, pois método científico não é conjunto fixo e estereotipado de atos a serem adotados em todos os tipos de pesquisa científica. O que chamamos de método científico consiste na percepção de uma estrutura lógica de ações frequentemente utilizadas na pesquisa científica, mas que, por si só, não é suficiente para garantir o êxito desse empreendimento. Os resultados satisfatórios de uma pesquisa dependem de amplo conjunto de fatores, que abrange desde a natureza do problema a ser pesquisado até os recursos materiais aplicados na pesquisa e depende, sobretudo, da criatividade e da inteligência do pesquisador.

Leis e teorias científicas

Analisando os inúmeros fatos do mundo, percebemos a ocorrência de fenômenos regulares, como, por exemplo, a sucessão do dia e da noite, das estações do ano, o nascimento dos seres vivos, a atração dos corpos em direção ao centro da Terra, entre outros.

Para reconhecermos a ocorrência de regularidades, devemos observar os fenômenos semelhantes e classificá-los segundo suas características comuns. Ao examinar as regularidades, a ciência procura chegar a uma conclusão geral que possa ser aplicada a todos os fenômenos semelhantes. Através desse processo, ela procura formular leis científicas.

1 – Leis científicas

Nesse sentido, leis são enunciados generalizadores que procuram apresentar relações constantes e necessárias entre fenômenos regulares.

A leis científicas desempenham duas funções básicas: resumem uma grande quantidade de fenômenos regulares, favorecendo uma visão global do seu conjunto;

possibilitam a previsão de novos fenômenos que se enquadrem na regularidade descrita.

As leis costumam fazer parte de uma teoria científica, que “especifica a causa ou mecanismo subjacente tido como responsável pela regularidade descrita na lei”.

2 – Teoria científica

Uma teoria científica tem sempre a pretensão de oferecer uma receita universalmente válida para todos os casos. Essa exigência de universalidade tem a ver com a exigência de ordem. Leis que funcionam aqui e não funcionam ali não são leis, e um universo que se comporta de uma forma em certos momentos e de outra forma em outros não é um cosmos.

Teorias são enunciados acerca do comportamento dos objetos de interesse do cientista. Daí termos teorias relativas ao universo, aos átomos, às combinações entre os elementos, à vida, à sociedade, às emoções, à educação, entre outras. Um cientista é uma pessoa que sabe usar as redes teóricas para apanhar as entidades que lhe interessam. Toda teoria inclui um pré-julgamento, um prejuízo (que com frequência se torna, efetivamente, juízo) acerca das coisas destituídas de significação. Ciência que, embora as teorias científicas possam ser refutadas, reformuladas ou corrigidas, ela cumpre a sua função, uma vez.

Este texto é de, algum modo, uma marcha ao passado com o intuito de pensar as possíveis relações entre o conceito de Cultura, de origem latina (colere: cultivar), e o Éthos grego, que etimologicamente remonta à união de duas palavras que se diferenciam somente pela vogal inicial e/)/qoj e h)/qoj. A primeira diz respeito a uso, costumes, tradição e hábitos; a segunda se traduz por morada, estância e residência, e retoma os significados de uso e costumes aplicados à primeira, passando a significar também caráter e/ou maneira de ser.

O antropólogo inglês Edward Burnett Tylor (1832-1917), considerado o pai do conceito moderno de Cultura, afirma que esta diz respeito ao conhecimento, às crenças, à arte, à moral, à lei, aos costumes e a todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Esta definição, grosso modo arraigada no senso comum cotidiano, nos leva a refletir sobre a origem de Cultura, enquanto um conceito, uma ideia: mais que à expressão de um conceito, a definição de Tylor se dirige, a nosso ver, a uma enumeração de sinônimos, que não nos parecem definir aquilo que seja a própria Cultura.

O que vem a ser então, propriamente dita, a Cultura? Por que a cultura pode ser pensada através da arte, do conhecimento, das crenças, da moral, dos costumes, dos hábitos, da tradição? A cultura é algo simbólico ou diz respeito à própria realidade? (Cassirer).

A cultura é um conjunto de ideias relativas à diversidade humana ou é a manifestação do pensamento humano sobre o mundo, a vida, a realidade?(Lévi-Strauss). Qual a essência da cultura? Há uma cultura ou culturas? A cultura é por si mesma ou é um processo que se dá pela alteridade?(Max Scheler). A cultura é algo que se ensina e aprende ou nos é inata?

Para que possamos refletir acerca de tantas inquietações, seguiremos o conselho de Joachim Winckelmann: retornaremos aos antigos, eles são ao mesmo tempo originais e eternos, talvez possam nos guiar na tentativa de compreender o conceito que norteia nossa pesquisa: Cultura.

De início, portanto, buscaremos apresentar as palavras gregas que possam nos remeter ao termo Cultura, quais sejam, *gewrge/w* (cultivar) e *a)/skhsij* (ascese). Estas palavras, por sua vez, conduzir-nos-ão a outras: *te/xnh* (técnica, arte), *politei/a* (modo de vida do cidadão, política) e *paide/ia* (*paidéia*, educação).

Em um segundo momento, aprofundando-nos nesta busca filológico-filosófica, trabalharemos com o conceito alemão *Bildung*, que juntamente com seu duplo germânico *Kultur*, pode nos abrir horizontes para uma significância mais profícua do termo Cultura.

Por fim, buscaremos relacionar a estes conceitos o *Éthos* (*e/)* *qoj* e *h)/qoj*) grego, que, parece-nos, ainda que não tenha nenhuma relação etimológica com a palavra Cultura, estar em sua raiz. Das palavras gregas *e/)* *qoj* e *h)/qoj* deriva-se o termo *ética*, que, em latim, corresponde a *mores* (moral). Acreditamos que mesmo em constâncias diferentes, há uma relação muito estreita entre moralidade e cultura, principalmente se entendermos Cultura como um processo de formação, de transformação, tal como tentaremos apresentar neste trabalho.

Cultura cultivo

O verbete Cultura, segundo o dicionário Aurélio, é um substantivo feminino, cujos dois significados principais são: 1) ato, efeito ou modo de cultivar; 2) o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente e típicos de uma sociedade.

O primeiro significado parece remeter-se ao verbo latino *colere* e ao grego *gewrge/w*, que podem ser traduzidos por cultivar. Sendo cultivar um verbo transitivo direto, necessariamente pede um complemento, donde a pergunta 'cultivar o que?'. Buscando respostas nas raízes etimológicas, vemos que ambos os verbos dizem respeito ao cultivo da terra, à agricultura.

Reportam-se ao trabalho agrícola, ao cultivo do solo e a suas culturas, entendidas aqui como plantações. Indo um pouco além, percebemos que o verbo *gewrge/w* possui estreita relação com o substantivo *e)/rgon*: ação, realização, execução, obra, trabalho, ocupação. Nesse sentido, *gewrge/w* não diz respeito a uma simples ação ou trabalho, mas a um cultivo que envolve cuidado, de modo que cultivar a terra significa cuidar da terra, fertilizá-la e prepará-la para receber boas sementes. Feito isso, continua o trabalho, ou seja, o cuidado para que as sementes possam vir a ser bons frutos.

Já grandes, os frutos serão colhidos, mas o cultivo não cessa, ele é um cuidado que sempre recomeça, é um processo, sentido que também podemos aplicar ao *colere* latino. Este ainda pode ser entendido como criar, tomar conta, cuidar.

O homem cultiva a terra e aquele que trata a terra é o que nela habita. Nesse sentido, para que o cuidado seja dado a terra para extrair dela o que há de melhor, o homem edifica para si, junto a terra, o seu habitat. O lugar da cultura, do cultivo torna-se o lugar

do próprio homem que cultiva. Surge, aí, uma primeira relação com o substantivo *h)/qoj*: o lugar, a morada, a estância humanas.

Em sua origem, podemos dizer que os romanos eram povos agrícolas, o que explica grande parte de seu vocabulário remeter à vida campesina. À medida que cultivavam a terra e nela edificavam sua morada, os primeiros romanos passam a honrar e venerar deuses, pretendendo fartas colheitas e também a honrar os amigos de labor, com quem partilhavam o trato da terra.

Cultivar a terra passa a significar assim culto aos deuses e aos amigos. O trato dado à natureza volta-se, portanto para o próprio homem, que passa a cuidar de sua própria natureza, cultiva e cuida de seu espírito. Ao cuidado dispensado à natureza, à própria vida, aos amigos e aos deuses, os romanos denominariam posteriormente *civilitas* (civilização).

No que diz respeito aos povos gregos, não há muita diferença. No período homérico (séc. XII – VII a.C.), a sociedade grega estava dividida em *genos*, uma espécie de clã familiar cujos membros descendiam de um antepassado em comum e que cultuavam um deus protetor.

Predominava nos *genos* uma economia agrícola, pastoril e autossuficiente. No final do período homérico, o crescimento populacional somado à falta de terras produtivas e à crise de produção de alimentos deu origem a vários conflitos e resultou na divisão dos *genos* e no surgimento da vida urbana, com predomínio do comércio e do artesanato, desenvolvendo técnicas de fabricação e de troca e diminuindo o prestígio das famílias da aristocracia proprietárias de terras. O surgimento da vida urbana representa o que

se pode denominar de nascimento da polis e, conseqüentemente, da politeia (política). Com o surgimento da polis surge à ideia de lei como expressão da vontade de uma coletividade humana, de algum modo resumida nos hábitos e tradições (e/qoj) daqueles que constituem a cidade. O culto e cultivo dessas tradições determinará a própria vida social, chamada pelos gregos de politeia, para qual há a necessidade de educar os homens. Essa formação, educação do corpo e do espírito dos membros da sociedade corresponde ao que os gregos chamavam de paideia.

Resumindo o que foi dito até aqui, Cultura, em seu primeiro sentido – ato, efeito ou modo de cultivar –, remete ao verbo latino colere e ao verbo grego gewrge/w. De modo sucinto, cultura nesse sentido, significa o cuidado do homem com a natureza, o cuidado do homem com os deuses e o cuidado do homem com o próprio homem, isto é, sua educação. Este último significado remete-nos à paideia e, conseqüentemente, as suas implicações éticas e políticas de formar o homem em todas as instâncias para a vida social. Deste modo, podemos pensar, com Marrou, “a Paidéia como cultura entendida no seu sentido perfectivo que a palavra tem hoje entre nós: o estado de um espírito plenamente desenvolvido, tendo desabrochado todas as suas virtualidades, o do homem tornado verdadeiramente homem”.

Antes, porém de refletirmos sobre a equivalência existente entre Cultura e paideia, é preciso lançar mão de outro termo grego, de modo que possamos corroborar esta equivalência.

Referimo-nos ao substantivo a/skhsij que significa tanto exercício prático, quanto ascese. Deriva do verbo a/ske/w: trabalhar, adornar, exercitar. Que relações essas duas palavras podem ter com cultura? Se pensarmos cultura enquanto cultivo, cuidado, perceberemos que o homem é o ser que pode não somente trabalhar a natureza, mas que pode trabalhar sobre si mesmo. O exercício prático a que se refere a ascese é o exercício do próprio homem sobre si mesmo, no cultivo, por exemplo, da sabedoria e da memória. Essa relação nos ajuda a entender frases como Aquele homem é culto e aquele outro é inculto. Parece-nos que, desde sua origem, a cultura está relacionada ao cultivo, que ultrapassando a esfera do domínio sobre a natureza, recai sobre o domínio ou sobre a possibilidade de domínio do conhecimento e da sabedoria. Se hoje relacionamos, de algum modo, sabedoria e cultura, podemos pensar que esta relação surge quando o homem se eleva (ascende) a si mesmo, quando olha para si e se percebe enquanto objeto a ser cultivado. Aristóteles, em sua Ética a Nicômaco nos convida a essa cultura: cultivar a sabedoria, a sabedoria prática (sofia) é saber viver. E essa sabedoria é e conduz à felicidade, entendida como eudaimonia: bom caminho e equilíbrio. Para o estagirita, cultivar a sabedoria requer a prática de bons hábitos. Precisamos, segundo ele, nos habituar a fazer coisas boas, a agir bem. Há, portanto, uma ética no culto da sabedoria, na cultura da vida prática: os bons costumes, os bons hábitos despertam em nós um bom modo de ser, um bom caráter. O homem de bom caráter é virtuoso, conhece e cuida de si mesmo. Torna-se fruto de sua própria cultura, cria-se, cultiva-se, transcende-se, caminha na direção de um mundo novo:

A Cultura é o mundo próprio do homem. O homem vive na natureza e é natureza, mas pelo espírito, transcende a natureza, cria a cultura. É esta que o humaniza e a história dessa humanização é a história da cultura. Por isso a Filosofia da Cultura é também a filosofia da existência humana, e não apenas as investigações.

Com as criações que realiza, o homem conhece superações, vence o demoníaco em grande parte, salva-se do domínio absoluto do demoníaco. Por isso, pode-se dizer que a cultura é também um meio de salvação.

O homem, aprendendo a cultivar a natureza, aprende também a cultivar a si mesmo, eleva-se a si mesmo, torna-se objeto de cultivo. O homem passa a ser cultura, aquilo que é criado, cultivado.

Pode, segundo alguns filósofos – Plotino e Foucault, por exemplo-, tornar-se até artista de si mesmo.

Como vimos até aqui, tradição diz respeito a e/qoj, criação nos lembra de cuidado, cultivo e, portanto, remete-nos a colere e gewrge/w. Este, por sua vez, nos conduz a a/skhsij, ou seja, o exercício que o homem faz sobre si mesmo, especialmente em direção à sabedoria e ao conhecimento. Na busca do conhecimento, o homem desenvolve técnicas, do grego te/xnai – do qual deriva o termo latino ars – arte –, de modo a facilitar a sua relação e a transformação da natureza. Por não viver sozinho, o homem aprende também a tecer relações sociais e desenvolve o que chamamos de política (politeia) e civilização (civilitas).

Juntas, todas estas informações dizem respeito a um processo, à formação do homem, digamos, enquanto propriamente homem. Esse processo é o que os gregos chamam de Paidéia. Os alemães o designam por Bildung, ingenuamente traduzido, às vezes, por Cultura ou Educação.

Este conceito alemão nos ajudará a compreender melhor aquilo que se denominou Paidéia, visto que, como dito por Jaeger, não se pode acreditar que cultura e educação sejam palavras suficientemente fortes para traduzi-la. Do mesmo modo, não o são para explicar Bildung.

Segundo Hans Gadamer, no livro Verdade e Método, o conceito de Bildung é sem dúvida alguma, a ideia mais importante do século XVIII e é precisamente esse conceito que designa o elemento aglutinador das ciências do espírito do século XIX. (...) O conceito de Bildung torna evidente a profunda transformação espiritual que fez do século de Goethe ainda um nosso contemporâneo, ao passo que o do Barroco nos soa hoje como antiguidade histórica. Nessa época, os conceitos e termos decisivos com os quais ainda hoje operamos adquirem seu significado.

Em um artigo intitulado “Nota sobre o conceito de Bildung”, Rosana Suarez apresenta um breve estudo sobre o conceito alemão, com base no escrito “Bildung et Bildungsroman” (Formação cultural e romance de formação), de Antoine Berman. Suarez aproxima-nos do autor francês, ainda pouco conhecido no Brasil e serve-nos de apoio para uma compreensão mais pormenorizada da Paidéia grega, através do conceito de Bildung: A palavra alemã Bildung significa, genericamente, “cultura” e pode ser considerada o duplo germânico da palavra Kultur, de origem latina. Porém, Bildung remete a vários outros registros, em virtude, antes de tudo, de seu riquíssimo campo semântico: Bild, imagem, Einbildungskraft, imaginação, Ausbildung, de-

envolvimento, *Bildsamkeit*, flexibilidade ou plasticidade, *Vorbild*, modelo, *Nachbild*, cópia, e *Urbild*, arquétipo. Utilizamos *Bildung* para falar no grau de “formação” de um indivíduo, um povo, uma língua, uma arte: e é a partir do horizonte da arte que se determina, no mais das vezes, *Bildung*. Sobretudo, a palavra alemã tem uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo. Por exemplo, os anos de juventude de Wilhelm Meister, no romance de Goethe, são seus *Lehrjahre*, seus anos de aprendizado, onde ele aprende somente uma coisa, sem dúvida decisiva: aprende a formar-se (*sich bilden*).

Na esteira de Berman, Suarez resume o dinamismo de *Bildung*: seu caráter de processo, prática, trabalho, viagem, romance, alteração, identificação, tradução. Em grande parte, estas definições exemplares encontram-se em Goethe, Hegel, nos Românticos de Iena (Friedrich e August Schlegel) e também em Nietzsche. A “grande viagem” que caracteriza *Bildung* não consiste, segundo a autora, “em ir a um lugar qualquer, não importa aonde, mas, sim, lá onde possamos nos formar e educar. Na concepção de Friedrich Schlegel, esse tour formador tem o caráter de um romance. Diz Schlegel: Todo homem que é culto (*gebildet*) e se cultiva também contém um romance em seu interior”.

Percebemos, portanto, que *Bildung* é o processo e também o resultado do processo cultural, é formação prática para a vida. Talvez possamos, nessa acepção, entender a Paideia grega: uma junção entre *Kultur*, no sentido de cultivo, cuidado, e *Bildung*, enquanto processo resultado do cultivo e do cuidado.

Cultura – cultivo, processo, formação, resultado.

Enquanto *Bildung* parece, ainda que num caráter de formação moral, remontar diretamente à arte, à literatura, à música, ao romance, *Paidéia* nos lembra *a)reth/*, *e)/qoj*, *h)/qoj* (virtude, ética, formação moral) e *poli/teia* (política). Ou seja, na raiz do processo de formação educacional e cultural gregas, encontramos uma acepção ética e política que, norteará, segundo nosso entender, todas as formas pelas quais podemos pensar hoje, o conceito de Cultura.

Do trato com a natureza ao trato da própria vida, o homem parece ter descoberto o conceito de bem e, com ele, os de Beleza e Justiça. Desde o início de sua formação, o homem grego pauta-se pelos conceitos de belo e bom (*kalo\j kai\ αγαρο/j*). Ser belo e bom significava, desde Homero, ser virtuoso, ser melhor. Isto se refletia e refletia-se ainda hoje, tanto nas ações (vida prática), quanto nas artes. A cultura nasce, assim, pelo cultivo, pela educação, pela formação para o que é Belo e Bom. A cultura é aquilo que pode fazer do homem um homem melhor.

Nesse sentido, questionamo-nos se a cultura é algo inato, que faz parte da própria natureza humana ou se é possível adquirir cultura.

Para Platão, grosso modo ninguém aprende o que é o Bem ou o Belo, estas ideias nos são inatas, nossa tarefa é de lembrar o que todos nós já conhecemos e esquecemos por nos prendermos à aparência das coisas. Para ele, tornar-se melhor é uma questão de autoconhecimento, tal qual no oráculo délfico *Nosce te ipsum* (Conhece-te a ti mesmo).

Podemos pensar a *paidéia* platônica como anamnese, como ascese, como movimento dialético; memória e elevação, como caminho, processo de formação. Nesse sentido, a cultura seria um reflexo daquilo que nós somos, ela faz parte de nós, está em nós.

Em contraposição, Aristóteles, nos diz que é possível aprender a sermos bons. A prática de bons hábitos e boas virtudes nos torna melhores. Nesse processo ético, aprendemos a cultivar o Bem, o que nos permite dizer que a Cultura é uma prática que se realiza na medida em que agimos em que manifestamos nosso cuidado com o mundo e conosco.

Dadas estas considerações, voltamos ao estatuto, ao fundamento da própria cultura. Qual o modo de ser, qual o *h)/qoj* da cultura? Preferimos pensar que este *h)/qoj* é formação permanente, é busca incessante, processo, resultado e resultante. Remontar à ideia de cultivo, de cuidado, associá-la à busca de uma vida melhor, manifestá-la através das artes, das crenças, das instituições, da moralidade, do conhecimento talvez possam nos ajudar a decifrar o enigma da cultura. Não podemos defini-la aqui, de forma definitiva. O que podemos afirmar é que o homem é cultura e cultural. Há nele algo inato, que o impele ao cultivo, ao cuidado.

Há também algo de vir-a-ser, pelo qual ele se torna, junto com o mundo, objeto de cultivo e cuidado. Se alguém conseguir nos dizer o que é propriamente o homem, talvez aí, possamos entender o conceito e o *te/loj* (finalidade) da cultura. (Texto adaptado de MORAES, E. V. H.).

A pergunta fundamental em filosofia da arte é: qual a natureza da obra de arte? Teorias da arte buscam respondê-la. Uma objeção frequente à pretensão de construir tais teorias é que a arte é um fenômeno demasiado diversificado para que possa ser encontrada uma essência comum a todas as suas manifestações, o que equivale a dizer que não podemos encontrar condições necessárias e suficientes para a sua identificação, ou seja, condições que uma vez presentes nos garantam que estamos diante de uma obra de arte. O que há de comum, afinal, entre o teto da capela Sixtina e as caixas de supermercado Brillo de Andy Warhol? Muito pouco.

Essa objeção tomou uma forma articulada na sugestão, feita por Morris Weitz, de que o conceito de arte não pode ser definido em termos de condições necessárias e suficientes por se tratar de um conceito caracterizado pelo que Wittgenstein chamava de semelhanças de família, tal como os de jogo ou de religião. Para Wittgenstein, embora tais palavras-conceitos pareçam possuir uma essência comum a todas as suas aplicações, na realidade elas apresentam apenas semelhanças parciais entre uma e outra aplicação, nada possuindo de relevante que seja comum a todas as aplicações. As similaridades entre as aplicações são, segundo outra metáfora de Wittgenstein, como as cerdas trançadas de um mesmo fio, que apenas parecem percorrer toda a sua extensão. Weitz adiciona a isso considerações sobre a textura aberta do conceito de arte: trata-se de um conceito em constante mutação, continuamente ampliado pela criação de novas formas de arte.

Essa objeção tem sua força. Mas é importante notar que a noção de semelhanças de família, se interpretada como exigindo apenas que os objetos de aplicação do conceito possuam semelhanças quaisquer entre si, é incoerente. Qualquer coisa é, em algum aspecto, semelhante a qualquer outra. Como Nigel Warburton notou, o edifício do Empire State e um alfinete são semelhantes no tocante ao fato de serem ambos feitos de material inorgânico e de serem pontudos, o que não nos permite dizer que o Empire State é um alfinete. Se as semelhanças não forem limitadas por algum critério, palavras-conceito possuidoras de semelhanças de família entre as suas aplicações tornam-se ilimitadamente aplicáveis, perdendo a sua função classificatória e deixando de fazer qualquer sentido.

Há alternativas semanticamente menos danosas. Um meio de delimitar as semelhanças sem fazer apelo a uma essência comum consiste em estabelecer um modelo ou paradigma, que consiste em uma série de propriedades cuja presença pode contar para a aplicação do conceito, adicionado ao estabelecimento de uma regra criterial exigindo um compartilhamento mínimo entre as propriedades encontradas no objeto e as propriedades descritas no paradigma. Dessa forma, dois objetos podem não possuir nenhuma propriedade comum e mesmo assim compartilharem suficientemente das propriedades descritas no paradigma para caírem sob o mesmo conceito. Esse poderia ser o caso, por exemplo, do conceito de religião. Uma religião como a católica possui todas as propriedades do paradigma. Outras, como o budismo, podem possuir apenas algumas.

E quanto à questão da textura aberta? Ela parece-me outra. Conceitos se modificam e eventualmente se expandem. Mas isso quer dizer apenas que as convenções que lhes são constitutivas de algum modo foram alteradas ou ampliadas. A sua essência nominal – ou seja, as convenções conceituais que supomos designar a essência real – foi alterada ou ampliada. Mas isso não implica em semelhanças de família. Considere, por exemplo, o conceito de número: embora ele sempre descreva quantidade ou medida, houve uma imensa expansão, desde os números naturais, contados já pelo homem das cavernas, até, digamos, números hipercomplexos, como os biquarteniões e os sedeniões.

Se admitimos tais respostas as teorias da arte voltam a fazer sentido, se não como teorias que visam estabelecer condições necessárias e suficientes, essências comuns para todo o sempre, ao menos como teorias que devem estabelecer as margens de similaridade a serem requeridas entre o objeto e o paradigma para que ele possa ser chamado de obra de arte, ou que classificam estágios históricos do seu desenvolvimento. O importante passa a ser que essas teorias sejam capazes de iluminar dimensões importantes do que entendem por arte, as quais constituem historicamente o paradigma, além das relações sistemáticas eventualmente existentes entre elas.

Há, contudo, outra maneira de se abordar a questão, não necessariamente conflitante com a que acabo de expor. Um conceito com aplicações muito diversificadas pode ser muitas vezes analisado como sendo formado por sub

conceitos mais ou menos autônomos e variadamente assemelhados entre si. Sendo assim, mesmo que certo conceito geral não possua uma essência comum relevante para as suas aplicações, isso não significa que os sub conceitos que o constituem, quando considerados individualmente, não possuam essências comuns aos seus campos de aplicação específicos. Além disso, há sub conceitos que são mais fundamentais e que importa mais analisar. Considere, por exemplo, o conceito de conhecimento. Ele se divide em pelo menos três tipos relativamente autônomos: o conhecimento como capacidade (por exemplo, “Sei nadar”), o conhecimento de particulares (por exemplo, “Conheço Maria”) e o conhecimento proposicional (por exemplo, “Sei que a terra é redonda”). O último tipo de conhecimento é certamente o mais fundamental, pois concernente a tudo aquilo a que atribuímos verdade.

Ora, sendo assim uma teoria da arte pode talvez esclarecer a essência comum ao que pertence à espécie verdadeiramente importante de arte, podendo ser essa uma tarefa bem mais significativa do que a de estabelecer uma regra criterial capaz de delimitar nossas aplicações da palavra ‘arte’ por margens de similaridade com um paradigma, em circunstâncias nas quais a busca de uma essência comum revelou-se uma miragem.

Com essas considerações em mente quero expor e discutir brevemente algumas teorias mais influentes acerca da natureza da arte em algumas de suas variantes, em busca do que possa parecer mais relevante e esclarecedor.

Representativismo

O representativismo é a mais antiga concepção da obra de arte, sugerindo que a sua função seja a de representar alguma coisa. Platão e Aristóteles concebiam a arte como imitação ou mímese, ou seja, como uma representação naturalista da realidade. Assim, a pintura imita a natureza, o drama imita a ação humana. Essa concepção já era problemática na antiguidade. A música instrumental, por exemplo, não parece imitar coisa alguma. E a pintura moderna tornou essa concepção ainda menos plausível. Um **Teoria Institucional**

A teoria institucional da arte surgiu na década de 1960, tendo sido sustentada por George Dickie. Ela enfatiza a importância da comunidade de conhecedores de arte na definição e ampliação dos limites daquilo que pode ser chamado de arte. Dickie define a obra de arte como um artefato que possui um conjunto de aspectos que lhe conferem o status de candidato à apreciação por parte das pessoas pertencentes à instituição do mundo da arte. Nigel Warburton ilustra a teoria com a história da obra de Alfred Wallis. Wallis era um marinheiro que nada entendia de arte e que aos 70 anos, após a morte da esposa, decidiu pintar barcos na madeira para afugentar a solidão. Casualmente, dois pintores de passagem pelo lugar gostaram de suas telas e o descobriram como artista. Como resultado, as obras de Wallis podem ser hoje vistas em vários museus ingleses. Como disse um crítico, Wallis tornou-se um artista sem sequer saber que era.

Há duas objeções principais à teoria institucional. A primeira é que, ou os entendidos em arte decidem o que deve ser considerado uma obra de arte com base em razões, ou o fazem arbitrariamente. Se eles o fazem com base em razões, essas razões baseiam-se em uma teoria da arte que não é a teoria institucional. Assim, alguém poderá dizer que os quadros de Wallis apresentam excelentes combinações de cores aliadas à simplicidade formal; mas essa seria uma maneira de dizer que eles possuem forma significativa. Nesse caso a teoria institucional colapsa em outra concepção acerca do que é a arte. Suponhamos agora que os entendidos em arte decidam o que deve ser considerado obra de arte de modo meramente arbitrário. Ora, nesse caso não fica claro porque devemos dar alguma importância à arte. Uma objeção adicional seria a de que a teoria institucional é viciosamente circular. Obras de arte são definidas como objetos que são aceitos como tais pelas pessoas que entendem de arte; e as pessoas que entendem de arte são definidas como as que aceitam certos objetos como sendo obras de arte.

Expressivismo

Segundo as teorias expressivistas, a arte é expressão de emoções. As teorias expressivistas da arte são mais modernas, embora sinais dela já pudessem ser encontrados na antiguidade, como na teoria aristotélica da função catártica da tragédia de purgação das emoções. Para o expressivista a arte é para o mundo interior das emoções um pouco como a ciência para o mundo exterior. A ciência tem como objeto fenômenos físicos enquanto a arte tem como objeto as emoções humanas que ela exprime.

Uma versão ingênua da teoria expressivista é usualmente, embora injustamente, atribuída a Leon Tolstoy. Primeiro o artista precisa ter um sentimento: Tolstoy vai à guerra e volta cheio de sentimentos únicos. Ele produz então uma obra de arte destinada a expressá-los de forma clara, digamos, Guerra e Paz. Por sua vez, a obra evoca no leitor os mesmos sentimentos que o artista teve ao passar pela guerra. O esquema é simples:

Emoções do artista -> obra de arte -> emoções no auditório.

A obra de arte é aqui apenas um veículo de transmissão de emoções. Essa versão do expressivismo é ingênua porque não é capaz de distinguir a obra de arte de qualquer outra coisa que transmita um sentimento. Uma notícia de jornal sobre a guerra pode ter profundo efeito emocional, mas isso não a torna uma obra de arte. Se uma pessoa está se afogando em um rio e grita por socorro, ela expressa um sentimento de desespero pela asfixia, enquanto a pessoa que a ouve compreende muito bem o que ela deve estar sentindo. Mas isso não faz de seus gritos obras de arte.

Há, contudo, versões mais sofisticadas do expressivismo, a melhor delas sendo talvez a do filósofo inglês R. G. Collingwood em seu livro *The Principles of Arts*. O que esse filósofo quis fazer foi desenvolver uma teoria da grande arte, da arte séria, por ele chamada de arte própria (art proper). Ele quer distinguir a arte própria da má arte, que se encontra a serviço do que ele chama de corrupção da consciência, do que passa por arte sem realmente sê-lo: a

arte "assim chamada" (so called). Esta última, por sua vez, pode ser para Collingwood de dois tipos: a arte como mágica e como entretenimento. A arte como mágica é a que tem uma função utilitária. Um hino patriótico, por exemplo, pode ter a função de incitar sentimentos cívicos nas pessoas. A arte como entretenimento é a que tem uma função hedonista. Um filme de horror de má qualidade, por exemplo, objetiva produzir na audiência certas emoções canalizadas, que nada fazem no sentido de ampliar a consciência emocional do espectador e no final podem mesmo produzir um sentimento de frustração e tédio.

Seria pedante rejeitar a arte como entretenimento. Mas para Collingwood uma sociedade em que as pessoas acreditam que o único objetivo da existência humana é a diversão é uma sociedade inferior ou decadente. Seja como for, nada impede que a arte própria venha misturada à arte mágica ou à arte como entretenimento. A belíssima cantata *Meus Suspiros Minhas Lágrimas*, de Bach, e o livro *Sexus* de Henry Miller, exemplificam, respectivamente, uma e outra coisa. O que essas distinções nos sugerem é que, embora não possamos encontrar uma essência relevante do conceito de arte em geral, podemos distinguir o subconceito mais relevante, o de arte própria, e se formos capazes de esclarecer a sua essência, quem sabe mesmo em termos de condições necessárias e suficientes, já teremos encontrado tudo o que vale a pena buscar.

Como a arte própria promove a regeneração da consciência?

O ponto mais importante, porém, é que embora a teoria de Collingwood chegue a uma caracterização da essência da grande arte, ela o faz de uma maneira ainda alusiva. A emoção individuada, esclarecida e refinada que a obra de arte evoca, seria a emoção propriamente estética. Mas como caracterizá-la e distingui-la das emoções mais comuns? De que maneira as emoções únicas, evocadas pela representação artística, seriam capazes de nos defender da corrupção da consciência?

A vaga hipótese que quero propor tem a ver com o caráter polissêmico da arte, fazendo uso de algumas ideias da metapsicologia freudiana. As produções simbólicas constitutivas da obra de arte (palavras, sons, formas, cores...) são reproduzidas na consciência da audiência sob a forma do que Freud chamaria de representações (*Vorstellungen*). Essas últimas são possuidoras de alguma espécie de conteúdo semântico, como pretende a teoria representacional. Também segundo Freud, representações costumam associar-se a emoções, a intensidades afetivas que lhe são próprias, àquilo que ele chamava de cargas afetivas (*Besetzungen*), e a tomada de consciência de representações costuma vir acompanhada de uma descarga das intensidades afetivas a elas ligadas, a qual segundo ele produz prazer pela diminuição da tensão endopsíquica. Há duas maneiras gerais pelas quais isso pode ocorrer, que são os processos psíquicos primário e secundário. No processo secundário (*sekundäre Vorgang*) – próprio do pensamento científico – as cargas afetivas encontram-se rigidamente associadas às representações correspondentes. Já no processo primário (*primäre Vorgang*)